



A CONSTRUÇÃO DE UM LIVRO COM A TURMA COMO RECURSO TECNOLÓGICO PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Isnary Aparecida Araujo da Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma experiência de inclusão desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017 em uma escola municipal de Campinas, com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental que, ao longo do processo de alfabetização, foi acompanhada pela mesma professora até o 5º ano. A chegada de um aluno com diagnóstico de autismo despertou no grupo novos interesses e necessidades, mobilizando professores e alunos na busca por conhecimentos sobre o autismo, sobre a inclusão e sobre a construção de vínculos afetivos no cotidiano escolar. Esse movimento possibilitou a compreensão de que as diferenças e singularidades de cada sujeito são potentes para o aprendizado coletivo. Como resultado desse processo, a turma, já no 4º ano produziu um livro composto por textos autorais que expressam as percepções dos alunos sobre a convivência com um colega autista e as aprendizagens vivenciadas nesse percurso. No 5º ano, o trabalho teve continuidade com a escrita e a dramatização de duas peças teatrais que também abordavam a temática da inclusão na sociedade, ampliando a reflexão para além do contexto escolar. O objetivo deste relato é apresentar como uma prática pedagógica e a produção do livro podem constituir-se em recursos tecnológicos e midiáticos capazes de favorecer o aprendizado de todos os alunos, promovendo a inclusão e o desenvolvimento coletivo.

Palavras-chaves: Prática Pedagógica; Inclusão; Aprendizagem; Educação

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação inclusiva é resultado de um longo processo histórico de lutas sociais e transformações no modo como a sociedade compreende a diferença. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura o direito de todos à educação, até a Declaração de Salamanca (1994), que reafirma a importância da escola regular como espaço de acolhimento e aprendizagem para todos os alunos, os princípios da inclusão vêm se consolidando como eixo fundamental das políticas públicas educacionais. No Brasil, esse movimento é fortalecido por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que reconhecem a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos estudantes com deficiência na escola comum.

¹ Mestrado pelo Curso de Educação do Centro Universitário – UNASP- Coordenadora Pedagógica Secretaria Municipal de Educação de Campinas NAED Leste isnary@gmail.com;





É nesse contexto de conquistas e desafios que, em 2015, vivi uma experiência marcante em uma escola municipal de Campinas. Eu iniciava o trabalho com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental, quando o diretor informou sobre a matrícula de um novo aluno L., criança com Transtorno do Espectro Autista. Houve um processo cuidadoso de acolhimento. No entanto, suas diferenças trouxeram curiosidades, dúvidas e questionamentos a turma.

Enquanto professora, busquei dialogar coletivamente. Planejei aulas utilizando recursos multimídia, com o objetivo de explicar de forma sensível e acessível, aspectos sobre o universo do autismo e sobre o respeito às diferenças. Aos poucos, as barreiras iniciais deram lugar à aceitação, e o vínculo afetivo entre L. e a turma começou a se fortalecer.

Essa experiência marcou o início de um processo de construção coletiva de sentidos sobre a inclusão, e se transformou em uma potente prática pedagógica de aprendizagem. O diálogo, o afeto e o respeito tornaram-se elementos centrais no trabalho em sala de aula, sustentando práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade.

Dando continuidade ao trabalho iniciado no 3º ano, já no 4º ano, surge a ideia de registrar, por meio da escrita, as percepções e os sentimentos vivenciados pela turma. Assim, nasceu o projeto de produção de um livro coletivo, composto por textos autorais dos alunos, nos quais expressaram o que aprenderam com a presença de um colega autista e como compreenderam a importância da inclusão.

Fechando o ciclo deste trabalho, inspirados por todas as vivências ocorridas anteriormente, os alunos, já no 5º ano, escreveram e dramatizaram duas peças teatrais que abordavam, de maneira criativa e sensível, a inclusão na sociedade.

Com essa trajetória, evidenciou-se que práticas pedagógicas que integram recursos tecnológicos, midiáticos e expressivos, como o livro e o teatro, podem ser fundamentais para promover a inclusão e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos. O relato dessa experiência busca, portanto, contribuir com a reflexão sobre como o trabalho docente pode transformar a convivência escolar em um espaço de formação humana, social e cultural, reafirmando o direito à educação de qualidade para todos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa configura-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, fundamentada na perspectiva histórico-cultural de Vigotski (2009), que compreende a aprendizagem como um processo mediado pelas





interações sociais. O estudo foi desenvolvido entre os anos de 2015 e 2017 em uma escola municipal da cidade de Campinas, com uma turma acompanhada por mim do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Esta prática nasceu da intenção de transformar a convivência com um aluno com TEA, em uma oportunidade de aprendizagem coletiva sobre inclusão e respeito às diferenças. No cotidiano escolar, o trabalho foi estruturado em observações, registros reflexivos, produção textual, tendo como foco o protagonismo das crianças no processo.

A iniciativa contou com o apoio da gestão escolar e foi viabilizada por meio da verba trimestral repassada pela Prefeitura Municipal de Campinas às escolas, destinada à manutenção e ao fortalecimento das ações pedagógicas. Essa verba permite investimentos em materiais pedagógicos, como livros e recursos didáticos.

Foi realizado um trabalho com discussões e atividades mediadas por vídeos, imagens e leituras sobre autismo, preconceito e diversidade. As reflexões resultaram na elaboração de questões orientadoras, que auxiliaram as crianças a construir suas narrativas a partir de suas experiências e sentimentos.

O processo de criação do livro foi participativo e democrático. As crianças escreveram seus textos à mão, revisaram, escolheram o título por votação e produziram a capa. Cada aluno também participou de uma sessão fotográfica ao lado do colega autista em um espaço da escola significativo para ele.

O material produzido foi revisado pela professora, sem alterar o estilo e a essência das narrativas infantis. Em seguida, o conteúdo foi encaminhado à editora responsável pela diagramação e impressão. O livro foi distribuído gratuitamente para cada criança, a escola promoveu um evento aberto à comunidade para o lançamento da obra.

O projeto demonstrou o potencial das práticas pedagógicas mediadas por recursos tecnológicos, literários e midiáticos para promover aprendizagens significativas, fortalecer valores de empatia e ampliar a compreensão sobre a inclusão como um direito humano e educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste trabalho revelam o uso da literatura como recurso pedagógico, tecnológico e midiático como um potente mediador na promoção de aprendizagens significativas e no fortalecimento de valores inclusivos entre os alunos. A experiência mostrou que, quando as práticas pedagógicas são planejadas a partir das vivências dos sujeitos e da valorização de suas singularidades, a escola se torna um espaço de construção coletiva de sentido e de convivência respeitosa.





Durante o desenvolvimento do projeto, observou-se que as atitudes de curiosidade, estranhamento e, por vezes, de exclusão inicial, deram lugar à empatia, à escuta e à cooperação. O colega com autismo passou de um lugar de “diferente” para o de protagonista reconhecido no grupo.

Do ponto de vista teórico, essa transformação dialoga com Vigotski (2009), que compreende o aprendizado como um processo social e histórico, mediado pela linguagem e pelas interações. O autor ressalta que o desenvolvimento humano ocorre por meio da internalização de práticas culturais compartilhadas. No contexto da experiência, o ato de narrar e escrever sobre o colega possibilitou às crianças reorganizar suas próprias compreensões sobre diferença e pertencimento.

Ao escreverem o livro coletivo, os alunos não apenas expressaram suas percepções, mas também criaram uma narrativa coletiva sobre inclusão um texto socialmente situado. Bakhtin (1992) auxilia na compreensão dessa prática ao trazer que: o discurso é sempre dialógico, produzido na interação entre vozes diversas.

A culminância do projeto com o lançamento do livro foi um marco simbólico e pedagógico. O evento público, com a presença das famílias e da comunidade escolar, promoveu um reconhecimento social da aprendizagem e reforçou a função cultural da escola como espaço de autoria e partilha. A continuidade do trabalho, no 5º ano, com a escrita e dramatização de duas peças teatrais sobre inclusão na sociedade mostrou que o aprendizado não se encerra no produto final, mas se estende nas práticas e nas relações cotidianas.

Esses resultados também evidenciam a relevância da formação docente sensível e reflexiva, capaz de compreender o papel mediador das tecnologias e dos recursos midiáticos, inclusive os analógicos, como o livro impresso. A produção textual, a dramatização e o registro visual configuraram-se como linguagens tecnológicas que possibilitaram a todos inclusive ao aluno PAEE participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

A experiência, portanto, reafirma os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ao demonstrar que a inclusão efetiva ocorre quando o currículo é flexibilizado, a mediação pedagógica é intencional e a diversidade é compreendida como condição enriquecedora do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





O relato apresentado evidencia que o trabalho pedagógico comprometido com a inclusão precisa ir além do cumprimento legal das normas: deve ser vivido na prática cotidiana, nas relações e nas formas de ensinar e aprender.

A utilização do livro como recurso tecnológico e midiático mostrou-se um instrumento potente para favorecer a aprendizagem de todos os alunos, incluindo o estudante PAEE. A experiência permitiu compreender que as tecnologias educativas não se restringem aos meios digitais, mas abrangem qualquer linguagem ou material que media o conhecimento e a expressão humana. Além disso, o projeto revelou o papel central do professor como mediador de sentidos e promotor de experiências formativas. A narrativa coletiva das crianças tornou-se também uma narrativa de transformação da prática docente, evidenciando que o educador que se abre ao diálogo e à escuta se torna, simultaneamente, autor e aprendiz.

Por fim, a vivência reforça que a **educação inclusiva** é um processo contínuo de construção e reconstrução de práticas, sustentado por uma ética do cuidado e pelo compromisso social com a aprendizagem de todos. A escola, quando reconhece e valoriza as diferenças, não apenas cumpre um dever legal, mas realiza sua verdadeira função: **formar sujeitos plenos, capazes de compreender, respeitar e transformar o mundo em que vivem.**

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009

